

PARECER N.º 76

Senhores Senadores:—A vossa comissão de guerra, à qual foram presentes vários decretos e portarias do Governo Provisório, para serem revistos no sentido de se obter alguma redução nas despesas consequentes dos referidos diplomas, é de parecer, com relação aos abaixo mencionados, que não há necessidade de serem modificados pelos motivos que relativamente a cada um em seguida vos apresenta:

Decreto de 12 de Outubro de 1910 relativo à criação da Guarda Republicana em Lisboa e Pôrto. Esta Guarda foi incorporada na Guarda Nacional Republicana cuja organização está sendo revista.

Decreto de 20 de Outubro de 1910. Gratificação ao presidente do Supremo Conselho de Justiça Militar.

Esta gratificação foi incluída num dos artigos do decreto de 25 de Maio de 1911, que reorganizou o exército e que a comissão está revendo.

Decreto de 25 de Outubro de 1910. Gratificações mensais aos generais comandantes de divisão e governo do

campo intrincheirado de Lisboa. Estão também incluídos num artigo do decreto de 25 de Maio de 1911 que reorganizou o exército.

Decreto de 31 de Outubro de 1911. Tabela da despesa do Ministério da Guerra para o ano económico de 1910-1911.

Não é de execução permanente.

Portaria de 15 de Novembro de 1911. Regulamento para a instrução do regimento de engenharia. A instrução deve ser harmonizada com a organização do exército que está sendo revista e portanto o regulamento não tem plena execução.

Portaria de 22 de Novembro de 1911. Abonos a algumas praças da guarda republicana. Foram determinados estes abonos para vigorarem enquanto se não organizasse a Guarda Nacional Republicana cuja constituição está sendo estudada.

Portaria de 6 de Janeiro de 1911. Abonos de ração aos oficiais da armada em comissão de serviço no Ministério da Guerra. Esta portaria trouxe diminuição da despesa por isso que a portaria mandou cessar tal abono.

Sala das sessões da comissão de guerra do Senado, em 7 de Março de 1912.

António Xavier Correia Barreto.

António Pires de Carvalho.

Abílio Barreto.

Manuel Goulart de Medeiros.

Alfredo José Durão.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR